

Censura não se debate, censura se combate, diz Cármen Lúcia

O Supremo Tribunal Federal realizou nesta segunda-feira (4/11) audiência pública para debater o decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro que transferiu o Conselho Superior de Cinema do Ministério da Cidadania — que absorveu a antiga pasta da Cultura — para a Casa Civil.

Reprodução/Facebook



Caetano Veloso esteve no STF nesta segunda
Reprodução/Facebook

A discussão, que foi convocada pela ministra Cármen Lúcia, contou com a participação de artistas como o cantor Caetano Veloso, o cineasta Luiz Carlos Barreto, além de atores e representantes do governo.

A ministra é relatora de uma ação movida pelo partido Rede Sustentabilidade. A legenda afirma que o decreto pretende censurar a produção audiovisual por meio do esvaziamento do Conselho Superior de Cinema, órgão criado em 2001 com a responsabilidade de formular a política nacional de cinema, aprovar diretrizes para o desenvolvimento da indústria e estimular a presença do conteúdo brasileiro no mercado.

Ao iniciar a audiência, a ministra afirmou que o objetivo do debate é transmitir uma “visão aprofundada, técnica” para que os demais ministros do Supremo tenham conhecimento específico sobre o tema.

“Eu li que este STF, nesta tarde de hoje, iria rebater a censura no cinema. Errado. Censura não se debate, censura se combate, porque a censura é manifestação de ausência de liberdades. E democracia não a tolera.”

Ainda segundo Cármen Lúcia, “o exercício da liberdade está posto na Constituição, e eu lembraria que a Constituição preserva o que todos os senhores aqui falaram: a dignidade humana como princípio fundamental da República Federativa do Brasil pela primeira vez de maneira expressa no artigo 1º”.

A presidente da Associação Brasileira de Autores Roteiristas (Abra), Carolina Kotscho, também pediu que o Estado cumpra a Constituição e se abstenha de atos inibitórios à manifestação do livre



pensamento.

“Seja por meio de censura, filtro ou curadoria, é inadmissível e ilegal que o poder público determine ações que, de qualquer maneira, possam limitar, direcionar ou restringir a liberdade de criação e de pensamento de artistas, intelectuais, jornalistas, professores e cientistas”, disse.

A Secretaria-Geral da Presidência afirma que a transferência do Conselho Superior de Cinema tem como objetivo “fortalecer a articulação e fomentar políticas públicas necessárias à implantação de empreendimentos estratégicos na formulação de diretrizes das ações governamentais relacionadas à área cinematográfica nacional”.

Date Created

04/11/2019